N.º 24.

Illm.º e Exm.º Snr.

Vende-se cópia do Aviso de 29 de Outubro de 1855, e remmetto-a com a sua fiel redacção.

Esta Camara satisfaz ao respeitavel despacho de V. Ex.ª, proferido em 13 do andante mez na petição inclusa de João José Ferreira, dizendo: que se tem recusado a reconhecer-mercês custas de processos em que são condemnados taes pobres, fundada na expressão do artigo 51 do Regimento de 3 de Março de 1855, parece limitar aos Cofres das Municipalidades a pagarem sómente metade em quellas custas em que forem condemnados, e não as de diferentes condemnações; não constando do Archivo o Aviso a que se refere o Supp.e. A mesma Camara considera ter assim fielmente cumprido com o despacho de V. Ex.ª

Deos Guarde a V. Ex.ª

Sala da Cam.ª Mun.al de Lobras em 26 de Septbro de 1856.

Illm.º e Exm.º Snr. Dor Hercolano Antonio Pereira da Cunha, 1.º Vice-Presidente da Provincia.

Joaquim Ribeiro da Silva

Joaquim Lourenço da Franca

José Camillo Linhares

Frederico Rojo Pinto

Antonio de Sousa Neves

N.º 25.

Illmo e Exmo Snr.

Em execução ás Ordens de V. Exª, expedidas na Circular N.º 6, e Officio N.º 17 de 10 e 12 de Setembro proximo findo, esta Camara, reunida extraordinariamente em 26 do dito mês, fez dar todas as providencias da sua parte para que as eleições primarias, e secundarias, se podessem ter lugar este anno, se procedão, e realisem no seu Municipio nas épocas, e com as formalidades decretadas por Lei, e segundo as recommendações de V. Exª tem consta respeito da Cor Vereadores, que devem compôr a Camara Municipal da nova Villa de Santa Victoria; de cujo resultado a final opportunamente dará conta á V. Exª.

Deos Guarde a V. Exª

Paço da Camara Municipal de Sobral em 9 de Outubro de 1856.

Illmo e Exmo Snr Dr Marcolano Antonio Pereira da Cunha, 1º Vice-Presidente da Provincia.

Joaquim Ribeiro da Silva
Justino Domingues da Silva
Jose Camillo Linhares
Miguel Fernandes Vieira
[illegible]

N. 5.

Illmo e Exmo Snr

Esta Camara tem a honra de levar ao conhecimento de V. Exca. que tendo sido installada em 12 do Dezembro ultimo, recebeo o exemplar numero 1523 do Jornal Cearense, e nelle transcripto um officio do Presidente da Junta de hygiene do Para, declarando ser o succo de limão hum seguro efficaz contra o cholera-morbus, e indicando o methodo de applical-o, ordenando V. Exca. toda a publicidade da referida declaração, do que ficou a Camara intelligenciada para a devida execução.

Deos Guarde a V. Exca.

Paço da Camara Municipal de Sobral em 1 de Janeiro de 1856.

Illmo e Exmo Snr Doutor Francisco Xavier Paes Barreto.
Presidente da Provincia.

Joaquim Ribeiro Lobão
Miguel Ferr de Almeida Gomes

Nº 2

1856

Camara Municipal do Sobral 12 de Janeiro de 1856

Illmo e Exmo Snr.

Esta Camara leva ao conhecimento de V. Exª o projecto incluso contendo cinco artigos de Posturas, que necessariamente acceptou, para que merecendo a alta approvação de V. Exª tenhão immediata execução visto que a urgencia não permitte esperar pela reunião da Assemblea Legislativa Provincial.

Deos Guarde a V. Exª

Paço da Camara Municipal do Sobral em 12 de Janeiro de 1856.

Illmo e Exmo Snr Doutor Francisco Xavier Paes Barreto,
Presidente da Provincia.

Joaquim Ribeiro da Silva

Joaquim Lourenço da Franca

José Camillo Linhares

Galdino Alves Cavalcante

Miguel Fernandes de Almeida

Postura da Camara Municipal da Cidade
do Sobral approvada provisoriamente em 29
de Janeiro de 1866.

O Dr. Francisco Xavier Paes Barreto, Presidente da Provincia do Ceará, approva provisoriamente sob proposta da Camara Municipal da Cidade do Sobral a postura seguinte.

Art. 503 Os cadaveres das pessôas, que fallecerem da febre amarella, ou de outra qualquer epidemia, que apparecer nesta Cidade serão depositados nos logares destinados pela Camara para nunca mais serem revolvidas as sepulturas em que forem inhumados.

Qualquer pessôa que directa, ou indirectamente concorrer para a infracção da presente postura, soffrerá a multa de trinta mil réis, e oito dias de prisão, e na reincidencia o dobro.

Art. 504 Dentro de seis dias a contar de sua intimação serão demolidas por seus proprietarios as Balgadeiras existentes dentro da Cidade, e nos seus arrabaldes, sendo apenas permittida a edificação destas nos logares designados pela Camara.

Se os proprietarios não as demolirem dentro do prazo marcado, serão ellas demolidas a sua custa pela Camara, e soffrerão alem a multa de seis mil réis, e oito dias de prisão; sendo esta imposição mais uma vez [illegible] pessoas e no dobro, no caso de reincidencia [illegible]

Art. 5º. Todo o proprietario que tiver casas em becos será obrigado a fazer frente e calçada no mesmo beco, no praso de dois mezes; os contraventores serão multados pela primeira vez em oito mil reis, e na reincidencia em vinte mil reis, para as despezas do Conselho.

Art. 6º. Não poderá pessoa alguma matar gado para vender, na distancia de cinco legoas desta Cidade, sem primeiro dar entrada no curral desta, que da mesma Cidade, apresentando o bilhete na forma da portaria N.º 98, ficando o Fiscal ficar com o bilhete, que lhe for apresentado, e passar outro para ser apresentado ao Inspetor do lugar onde for morto o rez. Os contraventores pagarão a multa de quatro mil reis por cada rez.

Manda por tanto a todas as Autoridades a quem o conhecimento e cumprimento da referida portaria pertencer, que a cumpraõ e façaõ cumprir tão inteiramente como nella se contem. O Secretario da Presidencia a faça publicar e correr. Palacio do Governo do Ceará aos 29 de Janeiro de 1856, trigesimo quarto da Independencia e do Imperio.

Francisco Gomes Parente

Nº 3.

Illmo e Exmo Senr.

12 Janr.º 56

Devendo esta Camara haver-se com acerto na arrecadação, e despendios das suas rendas, respeitosamente pede a V. Exª. se digne ordenar a remessa de uma Lei porque possa regular-se no exercicio do corrente anno. Da mesma forma pede as Leis e Decisões Geraes desde 1852, de que tem sido e está privada; posto que por mais de uma vez as tenha supplicado a os Exmos antecessores de V. Exª. Semelhantemente.

Deos Guarde a V. Exª.

Paço da Camara Municipal de Sobral em 12 de Janeiro de 1856.

Illmo e Exmo Snr Doutor Francisco Xavier Paes Barreto, Presidente da Provincia.

Joaquim Ribeiro da Silva

Joaquim Lourenço da Fonseca e Sa

Jose Camillo Linhares

Gabriel Mendes Cavalcante

Miguel Ferreira de Alencar

N.º 6

Illm.º e Ex.mo Sen.r

Accusamos a recepção do officio de 1 C.ca datado de 1.º de Fevereiro proximo findo sob numero 5 cobrindo por copia os artigos de Posturas desta Municipalidade, de numeros 103 a 106 provisoriamente approvados por 1 C.ca, segundo ficão sugeitos; os quaes já ficão em execução

Deos Guarde a 1 C.ca

Paço da Camara Municipal de Sobral em 3 de Abril de 1856

Illm.º e Ex.mo Sen.r Doutor Francisco Xavier Paes Barreto, Presidente da Provincia.

Joaquim Ribeiro de A.ra B.

Joaquim Lourenço da Franca

Frederico Rois Pontes

Gaudino Alves Cavalcante

Reynaldo Theodoro de Oliveira

N.º 10.

Illm.º e Exm.º Senr.

Foi entregue a esta Camara o officio de V. Ex.ª
firmado em 11 de Fevereiro proximo passado
sob numero 6, mas não a collecção das Leis
Geraes de 1854, nem os exemplares de 1852 e
1853 á que se refere o mesmo officio, cuja re-
messa respeitosamente de novo requisita a
V. Ex.ª

Deos Guarde a V. Ex.ª

Paço da Camara Municipal de Sobral em
7 de Abril de 1856.

Illm.º e Exm.º Senr. Doutor Francisco Xavier Paes Barreto,
Presidente da Provincia.

Joaquim Ribeiro da Silva C.
Joaquim Lourenço da Franca S.ª
Frederico Rois Pontes
Fabius Alves Cavalcante
Miguel Fco. Telles de Gouveia

Ill.mo e Ex.mo Snr.

N.o 13.

R 2 Julho 56

Esta Camara de conformidade com a Lei leva inclusas ao Conhecimento de V. Ex.ca dous processos de contas que lhes são relativas constando o primeiro do balanço da arrecadação propriamente, de dívidas receitas em geral, e das despesas effectuadas no anno de 1855, montando a mesma arrecadação em receitas na quantia de reis 3:563$639, e as despezas em 2:843$781, resultando o saldo de 719$858 reis, que com a quantia de 411$275 reis em dividas activas perfaz o total de reis 1:131$133, expressamente declaradas no resumo do referido balanço: o segundo processo contem o orçamento presumivel para o anno de 1857, montando a receita em reis 2:622$630, e a despeza em quantia igual.

Deos Guarde a V. Ex.ca

Paço da Camara Municipal de Sobral em 12 de Abril de 1856.

Ill.mo e Ex.mo Snr. Dr. Francisco Xavier Paes Barreto,
Presidente da Provincia.

Joaquim Rebello da Silva P.
Caldeira e Silva Cavalcante
Joaquim Gomes da Franca e Sa

N.º 14.

Illm.º e Exm.º Senr.

Esta Camara com satisfação accusa a recepção da circular numero 4 datada em 10 de Abril ultimo, pela qual communica a V. Ex.ª haver na mesma data assumido o exercicio da Administração da Provincia; e o que intelligenciada a mesma Camara, assim o manda fazer publico no seu Municipio.

Deos Guarde a V. Ex.ª

Paço da Camara Municipal de Sobral em 1.º de Julho de 1856.

Illm.º e Exm.º Senr. Dr. Hercolano Antonio Pereira da Cunha, Vice-Presidente da Provincia.

Joaquim Ribeiro da Silva
Miguel Ferreira de Mello
Frederico Roiz Pinto
Joaquim Lourenço da Franca
Galdino Roiz Cavalcante

Nº 16.

Illmo e Exmo Snr.

Ficamos na intelligencia de, ter V. Exª concedido licença por tres mezes ao Juiz de Paz em exercicio nesta Cidade, conforme communicou-nos em Officio numero 12 datado em 14 de Junho proximo findo.

Deos Guarde a V. Exª

Paço da Camara Municipal de Sobral em 3 de Julho de 1856.

Illmo e Exmo Snr Dor Manoel Antonio Ferreira da Cunha, primeiro Vice-Presidente da Provincia.

Joaquim Ribeiro da Silva

Caldeira Brant Cavalcante

Joaquim Soares da Franca

Miguel Fernandes de Alencar

Frederico Ruiz Pereira

Nº 57.

Illmo e Exmo Snr.

Esta Camara respeitosamente requer a V. Exª se digne autorisar o pagamento da Ordenação do Soldo dos Thesoureiros desta Cidade, na importancia de trinta mil reis annuaes, visto que a Lei do corrente exercicio, sem ouvida por seu próprio, Conselho a Tabella correspondente, e ser indispensaveis o referido Officiaes; tanto pela urgencia dos seus serviços a exemplo da satisfação concedida a mais de trinta annos os tem desempenhado, e já em attenção á sua avançada idade maior de 75, ag é indispensavel no cumprimento dos seus deveres.

Deos Guarde a V. Exª

Paço da Camara Municipal do Sobral em 8 de Julho de 1856.

Illmo e Exmo Snr Dr Venceslau Antonio Ferreira da Cunha, primeiro Vice-Presidente da Provincia.

Joaquim Ribeiro da Silva P.

Joaquim Lourenço da Franca

Francisco Roiz Pinto

Caldino Alves Carneiro

Miguel Fernandes de Almeida

N.º 18.

Illm.º e Exm.º Snr.

Respondido a 20

Esta Camara subministrante requerita a V. Exca. se digne ordenar a entrega do Certante da quantia votada na Lei do exercicio corrente da Provincia, á disposição de V. Exca. para conclusão da nova Casa da Camara, e Cadeias desta Cidade, cujas comodos tornão-se cada vez mais necessarios. Para a recepção da quantia supplicada, e de outras semelhantes está autorisado n'essa Capital o Capitão Eduardo Felix de Azevedo e Sá.

Deos Guarde a V. Exca.

Paço da Camara Municipal de Sobral em 10 de Julho de 1855.

Illm.º e Exm.º Snr. Dr. Herculano Antonio Pereira da Cunha, primeiro Vice-Presidente da Provincia.

Joaquim Ribeiro da Silva P.

Feliciano Alves Cavalcante

Miguel Ferreira de Almeida

Joaquim Lourenço da Fonseca

Frederico Rojo Pinto

Nº 19.

Illmo e Exmo Senr.

Requeiro a Ayta.
a autoridade competente
o q. for a bem do cemiterio

Em prosecução do Requerimento junto credenciado a S.Exª pela Meza Regedora deste Estabelecimento, passa esta Commissão a informar a S.Exª sobre o Contheúdo no referido requerimento, satisfazendo assim o despacho de S.Exª, nelle exarado: Tendo geralmente reconhecido esta Cidade, pela sua apparecimento periodico, a falta de uma cerca em roda do seu cemiterio publico, e sendo esta necessaria para evitar a profanação dos cadaveres, que ahi jazem, e a que se acha exposto o Cemiterio de todas as noites, pela facilidade, que tem os malfeitores de trasporem os muros, que o cercão, e de ahi extrahirem os cadaveres recentemente sepultados, para fins criminosos, como tem acontecido em outros Cemiterios, e ultimamente neste, como consta do Officio desta Commissão de 29 de Outubro

Commissão de Saude Publica 29 de Outubro

proximo passado, e sendo igualmente necessario, que se proceda a exhumação dos cadaveres, que se acharem sepultados em cova rasa, para serem depositados em jazigos, ou ossarios, que para isso se devem construir, e que se acha tambem determinado pelo Codigo de Posturas desta Cidade, e sendo finalmente necessario, que se proceda a construcção de hum Deposito para os cadaveres, que forem chegando, e que não puderem ser logo sepultados, como tambem de huma Capella, para se celebrarem os Officios Divinos, e Encommendações dos Finados, que se costumão fazer no Cemiterio, e que tudo se acha tambem determinado pelo referido Codigo de Posturas desta Cidade, e sendo tudo isto de summa importancia, e urgencia, para que se possão evitar os males, que podem resultar da falta de observancia das referidas Posturas, e para que se possão tambem evitar os males, que podem resultar da falta de observancia das Posturas, que determinão, que os Cemiterios publicos sejão situados em lugares altos, e distantes das habitações, e que não sejão atravessados por correntes de agua, que possão servir para uso dos habitantes, e que tudo isto se acha tambem determinado pelo referido Codigo de Posturas desta Cidade, e sendo finalmente necessario, que se proceda a construcção de hum Deposito para os cadaveres, que forem chegando, e que não puderem ser logo sepultados, como tambem de huma Capella, para se celebrarem os Officios Divinos, e Encommendações dos Finados, que se costumão fazer no Cemiterio, e que tudo

de se acha o cadaver de sua mulher, ou será aberta depois do praso de 48 mezes com grave risco da salubridade publica, ou pessoa alguma perpetuamente deixará de ter pago a taxa legal, ou será á ultimo. Finalmente se o peticionario não queria sepultura perpetua, sendo primeiramente esclarecido por parte da Camara a cerca de sua taxa, o devia logo declarar: e se o não fez, não é sómente pela razão allegada em sua petição, que podia com justiça ser attendido. Assim pensa esta Camara. No entretanto respeitosamente sugeita-se á decisão de V. Ex.ca

Deos Guarde a V. Ex.ca

Paço da Camara Municipal das Obras em 15 de Julho de 1856.

Illm.o e Exm.o Sr. Dor Hercolano Antonio Pinto da Cunha, primeiro Vice-Presidente da Provincia.

Joaquim Ribeiro da Silva

Galdino Alves Cardoso

Joaquim Lourenço da Franca e Sá

Frederico Roiz Pinto

Manoel Teixeira d'Abreu da Gama

N.º 25.

Illm.º e Exm.º Snr.

Accuso a recepção do Officio de V. Ex.ª firmado em 14 de Agosto proximo findo, numero 16, incluindo por copia a Resolução numero 355 de 8 de Outubro, instaurando a Lei numero 653 de 8 de Setembro de 1854, que fixou os limites do Termo de Maranguape, com o Porto Cidade; o que intelligenciado lhe fiz dar a devida publicidade; visto como então não se achava funccionando a Camara, a cujo conhecimento levarei opportunamente.

Deos Guarde a V. Ex.ª

Sobrado 22 de Setembro de 1856.

Illm.º e Exm.º Snr. Dor. Herculano Antonio Pereira da Cunha, 1.º Vice-Presidente da Provincia.

Jose Camillo Linhares
V. P.

N.º 23.

Illm.º Exm.º Snr.

3

Accuso a recepção da Circular de V. Ex.ª, firmada em 10 do andante, sem numero, com respeito a que ella se refere, e em consequencia fiz convocar a Camara para a execução das Ordens de V. Ex.ª, n'ellas expressadas.

Deos Guarde a V. Ex.ª

Sobral 25 de Setembro de 1856.

Illm.º e Exm.º Snr. Dr. Herculano Antonio Pereira da Cunha
Pr.º V. Presidente da Provincia.

José Camillo Linhares
V. P.

Mmo. Senhora Pra. e Membros da Camara Municipal

Acordão &c.

O Procurador da Camª Munal pague
havendo guantia arçada. Pço da
Camara Mpal do Sobral em 11 de
Dezembro de 1866.

Rubro Amd Gomes Carneiro
Branco Peres

Diz João Tavares Escrivão do Juiz desta Comarca do
Sobral, q lhe foi precizo q este Mmo. Juiz mandasse
pagar a guantia de Rs. 14$016 q ao autor
hei q ao autor se lhe provenientes de Custas
dos processos de cabidos, no juizo de Direito desta Co
marca, Como mostra Conta da Camª junto;
Requer portanto a Supp. a Mce. q mandar
Mui Respeitavel Accordão Mandando q ao Pro
curador da Municipalidade pague ao Supp.
o Referido guantia. Q. R. M. Mce. o
mandarem a Supp.

Rubro

João Tavares
Escrivão do Juiz

Meias Custas dos Franceses da Cabida no
Juizo de Direito Certa Cidade, enguanto a Mu
nicipalidade foi Condemnada Apagar as
Custas Asaber, a Rezão de Juiz=

Meias Custas nos Autos de Licenças enguanto foi
Reo Manoel Ferreira da Costa que foi denun
ciado pelo Juiz de Direito em 5 de Fev.º de
Corrente Anno tem a Supplicante de Meias Cus
tas a quantia de cinco mil duzentos e dezo
ito . . . . . 5$216

Idem nos Autos de Recurso enguanto foi
Reo Florencio Noiz de Moraes que foi
Denunciado pelo Juiz de Direito em
5 de Fev.º de corrente anno de 1856 tem
a Supp.te oito mil Sete Centos noventa e oito rs. 8$798
Soma quatorze mil e quatrocentos rs. 14$014

Natal 9 de Dez.º de 1856=

Custas dev.s

N.º 11 ——— $160=

Pg. Cento e Sessenta mil de Cobre.

Natal 9 de Dez.º de 1856

A. Silveira

Informe o Procurador Lobo [illegible] 1856

Ribeiro

Vista da informação do Procurador, acha-se exgotada a verba p.ª pagamento de custas, do corrente anno, e por isso não pode o Supp.te ser satisfeito.

Ribeiro

Diz João José Ferreira Escrivão do Juizo desta Comarca, que tendo mandado citar ao Procurador da Coroa, a requerimento do Exequente junto, lhe foi respondido que não podia ser Supplicado, sem outra Carta mais grande pelo dolamento junto mostra-se que ainda expete por dispender-se por Curtar a quantia de Rs. 533$150 Rs. cincoenta e tres mil sete centos e cincoenta Rs. a despp.ª por isso Recorre ao dito que mande a Vista ao Procurador da Coroa, e que dizendo Ordene o pagamento, visto que não tendo pago hoje terá de cahir em exercicio findos a que por cento e Mercê a despp.ª Pede deferimento. E.R.M.ce

Rubro

Ordem do Abril 28 de Dez.ro 1856

João José Ferreira

Escr.ão

Cumprindo o despacho de V.Sa. exarado na petição retro do Escr. do Juri, diz o Cad.r, supp.e de queixa da falta de pagamento de sua parte do quantia de quatorze mil e quatorze rs. 14:014, e q.e diz ainda há pouco isso q.e creado na supp.a de cinco centos e trinta e sete mil e cinco centos e cinco mil rs 537:740, sendo q.e esta q.e se acha-se dos ditos com o despacho ao Escr. atual do q.e de cinco centos mil rs de custas, divida reconhecida pela Commissão de 15 de Nov.o deste anno, e o excesso com o ultimo do Juri na proxima finda sessão estando; por isso q.e deixei de pagar ao referido Escr. Parece-me subordinado ao q.e V.Sa. unico do referido supp.e mandou informar, e o deferirá o q.e for servido. Sobral 30 de Dez.o 1856

Joaquim Ponty de Aguiar
Pro. da Ca

Illm.o Snr. Contador Coronel Thesoureiro

N.o 1

Rs. cento e sessenta um
mil reis. Sobral 27 de Dez.o
de 1856

Illm.o

Joaquim Senhorinho Ferreira de Sousa Leite Camarão, Abo-
gado destes Auditorios, e Procurador geral da Fazenda Publica
nesta Provincia por Carta
de Sua Magestade o Imperador, que Deus Guarde, etc. etc. etc.

Faço saber aos que o presente Mandado de Justificação virem,
que sendo-me preciso justificar perante a Assembléa Provincial
do Ceará, que a Quantia de Cento e sessenta e hum mil reis,
que recebi do Thesouro desta Provincia, para pagamento das
custas judiciaes, que se fizerão no Termo desta Cidade de Sobral,
no Exercicio de 1855 para 1856, foi gasta com o mesmo fim,
como consta dos documentos, que vão juntos, e que se acharão
em meu poder, e Cartorio, e para que possa ter lugar a dita
Justificação, Mando ao Escrivão do Juizo desta Comarca, abaixo
nomeado, que tendo-lhe sido apresentado o Requerimento, que
com este baixa, e documentos, que o instruem, passe a Citar
para assistirem a Justificação, que tenho de fazer, todos aquelles,
que tiverem interesse, ou que se julgarem prejudicados, e
Citados, que sejão, e findo o Termo, que lhes for assignado,
passe a Inquirir as Testemunhas, que lhe forem apresentadas,
e que depois de Inquiridas, e Contraditadas, se as houver,
lhe sejão dadas, e Juradas, e feitas as Perguntas, que lhe
forem dadas, e Juradas, e feitas as Perguntas, que lhe forem
dadas, e Juradas, e feitas as Perguntas, que lhe forem dadas,
e Juradas, e feitas as Perguntas, que lhe forem dadas, e Juradas,
e feitas as Perguntas, que lhe forem dadas, e Juradas, e feitas
as Perguntas, que lhe forem dadas, e Juradas, e feitas as Perguntas,
que lhe forem

Acensão &c.

Junte documentos exhibidos com procuração de legitimo contador. Paço da Camara Municipal de Sobral em 10 de Julho de 1857.

Camello P. J. Linhares Pinto Souza Nunes

Pinto — Vir.to de Abreu — Guiradá — Lyra Jr.

Diz João José Teixeira Escrivão de Juiz de Paz da Delegacia de Policia desta Cidade que Abaixo lhe foi preciso que V.Sa. se dignasse mandar passar Mandado de Penhora contra o Supp.e para garantia de Rs 3:516$168 em tres centos cinco mil duzentos oitenta reis, provenientes de Custas de Processos de Audiencia, na Sala de Audiencia do Juiz desta Cidade que tem principio a dez de Maio proximo passado de cada hum destes Processos instaurados na dita Delegacia que foram Sentenciados de Condemnação contra Condemnados, que por serem pobres, a dita importancia é obrigado a pagar ao Supplicante como se vê 78$640 reis, e meia Custas dos Reos Absolvidos no Juiz 14$700 reis de meias Custas dos Reos pobres que forão Condemnados no Juiz 36$310 de meias Custas dos Processos instaurados na dita Delegacia e que se cahirão no Juiz 33$720 de Processos instaurados na mesma Delegacia, cujos Reos forão Condemnados, e 10$800 reis de outro Processo instaurado na dita Delegacia cuja ação foi julgada por perempto, e a dita importancia é Condemnado na metade das Custas, por isso requer a V.Sa. se sirva mandar passar o dito Mandado de Penhora para garantia da dita importancia, visto não ter o Supplicante outro meio de Embargo para o fazer pagar ao Supplicante. Nestes termos P. a V.Sa. se sirva mandar ao Capitão da Cidade que haja de penhorar bens para garantia. E. R. M.ce

Despacho de Penhora do Supplicante

Nº 2 — R$ 160

Reconhecimento

N.º 11 — Fl. 11.

Proc. crime e Sumta sob a Lett.

Sobral 28 de Junho de 1836

Escr.

Illegivel

Diz João José Ferreira Escrivão de Jury e da Subdelegacia de Policia desta Cidade, Abem dos seus direitos dizer ser preciso que V.S.ª se Digne attestar aqui deste Secçaõ, ou não estarem os Reos Condemnados = José Francisco Leme = Domingos Ferreira Soares = Euzebio José Ferreira = Luiz Pereira de Abreu e José Ferreira Calabaça - e Raimundo Nunes de que foi de Alferes José de Sousa, e Claudiana Maria de Jesus, Espera V.S.ª a prova de Jesus Nosso Senhor. —

Illegivel

Augusto Cesar de Alencar, Juiz Municipal - Orfaõ e Delegado de Policia do Termo de Sobral, &c.

Attesto que os individuos de que trata a Petição retro, saõ todos existentes, e Como taes se acham diariamente na Prisaõ, em que se acharaõ Com pronuncia em sentença. Sobral, 28 de Junho de 1836.

Augusto Cesar de Alencar

nos S. Juiz de Direito do Juizo desta Cidade, e do primeiro
dia 5 de Maio deste Corrente Anno de 1856 aonde ahi foi em
dia 22 do mesmo mez e anno, em cujo Cartorio foi Condemnado a Ré
a quantia de, A saber =

1 Maria Custar do Espirito Santo que foi Res José Luiz de
Carta tem de Custas geraes mil e duzentos reis . . . 1$200

2 Idem Mesma que foi Res José Borges da
Carta tem de Custas mil e seis centos trinta R. . . . 1$630

3 Idem Mesma que foi Res Vicente Gomes
Parente tem de Custas mil duzentos e vinte R. . . 1$220

4 Idem Mesma que foi Res Pedro Antonio de
Araujo tem de Custas mil quinhentos e quarenta R. . 1$540

5 Idem Mesma que foi Ré Francelina Maria
de Jesus tem de Custas mil duzentos e trinta R. . . 1$230

6 Idem Mesma que foi Res Antonio Fran.co
Bernardo tem de Custas mil seiscentos e cincoenta . . 1$650

Somando tudo Setenta e oito mil quinhentos e Cincoenta R. 7$850

Maria Custar dos Reis requer que forão
Condemnados, e que a Municipalidade e Justiça das
Mesmas Custas ao Escrivão do Juizo os seguintes =

1.° Maria Custar do Espirito Santo que foi Res Condemnada José
Fran.co Leite em duzentos e oitenta reis de Custas tem
de Escrivão de quatro mil e seis centos R. . . . 4$680

2 Idem Mesma que foi Res Condemnado Dom.os
Fernandes de Sousa em duzentos e oitenta reis de Custas
tem de Escrivão vinte mil e sete centos e quarenta R. . 20$740

3 Idem Mesma que foi Res Condemnado Euse-
bio José Fernandes, em duzentos e oitenta reis de Custas
tem de Escrivão quatro mil quatro centos e quarenta R. 4$440

4 Idem Mesma que foi Ré Condemnada Luiza
Pereira de Jesus em duzentos e oitenta reis de Custas
tem de Escrivão mil e nove centos e cincoenta R. . 1$950

5 Idem Mesma que foi Res Condemnado José Fer-

por Condemnação . . . . . 25$070

6 Mesmas Custas de Processo empregado Réo Con
demnado Reconvindo, e por Escravo de Alugar
Condemnado . . . . . 13$210

7 Idem do Processo empregado Réo Condemnado
Candiano Clarindo de Jesus do 1º julgamento
em Conselho Contrario pº o Relatorio . . 13$143

Do 2º julgamento dito em Conselho Réo Candiano em
Conselho outro Contrario para o Relatorio . . 23$178 145$711

Dous contos tresentos quarenta e cinco mil setecentos corenta reis

Mesmas Custas dos Processos instaurados
na Subdelegacia de Policia deste Destricto pelo
Supplicante Delegado Substituto contra
Camaradas Condemnados nas mesmas Custas ao de
cima exposto na Subdelegacia

1 Do Processo instaurado na Subdelegacia
Contra Anto Francº Moreira que foi Absol
vido nove mil duzentos coitenta . . 9$280

2 Idem do Processo instaurado Contra
Francelino Clarindo de Jesus q foi Absol
vido durante mil oitocentos . . 1$860

3 Idem do Processo instaurado Contra
Luiz José da Costa que foi Absolvido
nove mil quatro centos trinta sete 9$437 36$317

Mesmas Custas dos Processos instaurados
na Subdelegacia dos Reos presos que fo
rão Condemnados nas mesmas Custas ao Supplicante

1 Mesmas Custas do Processo empregado Réo pre
so Fabio José Ferreira tem ao Supplicante trese mil
novecentos sessenta reis . . . . 13$960

2 Do Processo Contra Luiz de Per.ª das Sn.tos
foi Condemnado, onze mil duzentos vinte 11$220

Do Processo empregado Réo Clandiano Clarindo
de Jesus oito mil quinhentos quarenta 8$540 33$720

Transporte da outra Fls. . . . " " 224$318

Do processo instaurado na Subdelegacia contra Antonio Pereira Barbosa vulgo Amaro por crime de Capoeiragem, cuja acção foi julgada por sentença, por Sua alçada, foi condemnado na multa de Cem mil reis ou Nove dias de prisão supp.ª " 100$000

Somando tudo na Collecta Municipal importou em trezentos cincoenta oito mil reis, estando já tudo lançado por verba. Fls 358$168

Ayres

Cidade da Bahia 28 de Junho 1856.

N.º 10 ——— Fls 32=

Fs. 2. Trezentos e corenta e oito mil reis.

Bahia 28 de Junho de 1856

Lopes

Oliveira

Illmos Senhores Juiz de Direito da Comarca da Municipal

Termo de

A Camara reconhece a Direita, que se-
rá fraga quando a honra quando a raça-
Pd. Paço da Camara Municipal de Le-
bal em 13 de Julho de 1857.
Camillo P. Lima de Sá — Vir. de Moraes (Para)
F. Linhares Souza Reis — (Justo)

Diz João Jose Ferreira Escrivão do Juizo e Judicatura de Orphãos desta Cidade, em virtude da Audiencia por V.S. tomada, sobre Artigos, em Embargos que ao Supp.e exhibirão documentos em Ordem, a abonar suas Contas, Legitimando em Juizo a Procuração, Jurar certo a V.S. que não existindo nesta Cidade outro Contador, forão ajustadas Contas especificadas pelo Doutor Juiz de Direito, que Com a sua Assignatura as julgou legitimas, sem duvida alguma, ajuntando se Comprovantes aos Autos dos Attestados passados pela Authoridade Competente. Sendo pois claro que dita Jornada apparecendo mencionados pelo Supp.e Competentemente Abonados, Graduados por Legal qualidade que Julgarão que Supp.e Allegou, ainda a Supp.e Differentes vezes em Audiencias Circumstancias Tendentes Justiça deva Illustrissima Camara enderessar Sanciona Ca sobre Iguaes documentos, Requer portanto a V.S. que Tomando em Consideração a que deva expedido Legalmente mandar por seu Despacho a Ordem que Supp.e Requer Juntando as Guias Contantes dos Documentos que devem ser Sujeitos a Apreciação de V.S. na importancia de #4$634/915 pede que.

P. a Mce

Annexo 2.

Junto aos documentos esclarecedor, com pe-
dia abonação de legitimo contador da Ca-
ra da Camara Municipal do Sobral a
10 de Julho de 1857.

Camillo P. — Vit.o de Med.a N. — Motta Sousa M.
— P. Linhares — Pinto Guiza dá — Lop.s Jr.

Diz João José Teixeira, escrivão do Juiz de Direito
do Policia desta Cidade, que tendo sido citado a Vm.ce
de Janeiro, deste anno em dia de Julho de 1855, para
Custas dos Reos pobres, condenados na 1.a Sessão do Juiz
de 16 de Maio daquelle anno, aquel não foi attendido
pelo fundamento de ser duvidoso, de acharem-se revogadas, pelo novo
Regimento de Custas — Art. 99 da Lei de 3 de Dez.bro 1841, mas
como este Art. so acha em dos Artigos, que a Mesma Lei
revogados pelo citado Regimento, como declarado aviso de
8 de Dez.bro do anno proximo findo. Nem obstante Vm.ce
ver a Vm.ce se deligenciado para pagar a quantia de
Reis 153$142 sento cincoenta oito mil sete centos e quo-
renta e dous reis provenientes, de ser as Custas dos Reos
pobres, julgados na 1.a e 2.a Sessão do Juiz do anno pas-
sado, de processos instaurados na dita deligencias custas de
cahidos, no Juizo de Direito, como tudo consta com a
Calumnia junta. Vm.ce portanto obstante a Vm.ce
Deligencia por ser Reputavel Accordão mandar que
o Procurador da Municipalidade, pague ao supp.e a
Referida quantia.

Pede deferimento de
Vm.ce ao supp.e

N.o 3 ——— Rs 160
Sento e sesenta reis de Sello
Sobral 13 de Julho de 1857
em
Reconhecimento

João Ferreira, Escrivão do Juizo, e Judicial desta Cidade, Abaixo assignado, perante quem V.S.ª se dignou attestar-lhe depoê dito seo Juramento, Sentenciados=, Raimundo da Silva de Carvalho= Vicente Francº de Oliveira, João Raiz de Medeiros Lima, José Alves Junior, João Thomaz de Andrade, Silvestre Lopes de Souza, Pedro José Cordeiro, = Francisco Raiz de Abreu. Não assignaõ por não saberem. Pelo deferimento de V.S.ª o Supplicante

Attesto, que são sabedores todos os individuos de que trata o Supplicante, aos quaes tenho ouvido fornecer diaria para sua sustentação na cadeia. Sobral 7 de Abril de 1856.

O Escrivão

Nº 3 ——— 160

Pag.to e desconto nos autos

Sobral 7 de Abril de 1856

O Escrivão

... Estado cujos Reos foraõ Condemnados, no 1º decaõ do Jury da Cidade de 16 de Março de 1855, e que foi dado no dia 29 do mesmo mez e anno – a saber=

Maria Curtar do proveito emque é Reo Raimundo Caetano de Carvalho pelos jurados foi to em Sentença Franco do Nascimento com a liquidaçaõ da Multa . . . . 13$813

Idem Do proveito emque é Reo Vicente Franco de Oliveira pelo mesmo de Quinhentos e dezoito Reis Favaro . . . . . 9$378

Idem Do proveito emque é Reo João Roiz de Oliveira Lima por Igual deste . . . 13$919

Idem Maia Curtar a liquidaçaõ da Multa do Reo João Roiz Junior . . . 54$54 42$667

Estar Curtar a sima já foraõ por mim liquidar a saber, em Janeiro Corrente anno Camara disse que lhe parecia, por entender q ouvio liquidar Curtor, e Deputado dellar nada deria

Maia Curtar dos Reos acima Condemnados no 2º decaõ do Jury que teve principio aos de 24 de 1855 e foi findado no dia 26 do mesmo mez e anno – a saber=

Maia Curtar do proveito emque é Reo João Thomaz de Aquino pelo mesmo dado em favor do Reo . . . . . 8$967

Idem Maia Curtar do 2º julgado. do proveito emque é Reo Silvestre Lopes de Souza, liquidaçaõ do Multa pelos jurados em Reis Marques 18$928

Idem do Proveito emque é Reo Pedro José dos Santos pelos jurados em Isabel Maria de Lourdes; liquidaçaõ de Multa . . . . . 18$927

Idem Do proveito emque é Reo Francisco Roiz de Souza pelo mesmo Dado em favor do Reo, liquidado

63$722

Maria Custas dos Processos instaurados neste
Delegacia de Polícia desta Cidade, dos Reos pobres
Condenados no Juiz de 1º de Fev.º 1845, contra
os cabeças no Juiz de Direito desta Comarca

Maria Custas do Processo em que é Res Fran.co
Roiz dalva pela Lei de 20 de Agosto 7$275

Idem Maria Custas nos Autos de Recurso de
Manoel Barbalho, pela Lei de 20 de Setembro
de 1841 e Avisos posteriores 3$525

Idem Maria Custas do Processo de Excomunhão
de Domingos Pereira dat.º julgado im-
procedente pelo Juiz de Direito desta Comar-
ca pela Revista e em Juizo Res nada
vindo deduz preiras 13$795

Idem Maria Custas de traslado da Appelação Crime
Juiz Municipal Suplente Manoel Fran.co de
Moraes por Queixa do Dr. João Felipe, ab-
tendo decidido a Justiça tomou parte 15$598

Idem Maria Custas de Traslado de outro Appelo
cão Crime em Juiz Moraes por Queixa
de João Fran.co da Rocha Frota, e outros
ignorados decidido a tomou parte a Justiça 12$124 52$287

Sobral 1 de Abril 1856 — 1$758$742

Nº 4 1$160

Pg. Cento e sessenta reis de Sello.
Sobral 1 de Abril de 1856